

Centro Celso Furtado

Qual Desenvolvimento???

O Programa Econômico e Social Desenvolvimentista e o
Dilema Crescimento x Estabilidade

José Celso Cardoso Jr.

IPEA / 11 julho 2016

Estado, Planejamento & Desenvolvimento... ... em crise novamente ???!!!

1945-1979

Auge

Mas com
Planejamento
técnico-burocrático e
impositivo

1980-2002

Declínio

Mas com
Redemocratização e
reinstitucionalização da
sociedade brasileira

2003-2013

Retomada

Novo modelo de
planejamento e
desenvolvimento em
implementação???



A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO

ANOS 1990

CONTEXTO IDEOLÓGICO

Estado Mínimo; Incrementalismo;
Desnecessidade de Planejamento; Não
Discricionariedade; Gerencialismo.

LÓGICA FISCALISTA

Orçamento precede e condiciona a ação
estatal; o Planejamento se converte em
função cotidiana “menor” esvaziada de
sentido e conteúdo político estratégico,
mero apêndice da gestão.

ANOS 2000

RETOMADA DO PLANEJAMENTO

(Setorial, Mirando o Investimento)
Visa a romper o incrementalismo do PPA,
reintroduzir a ideia de transformação
finalística de estruturas sociais e
econômicas.

Planejamento: é ele que precede e
orienta a ação; precede e orienta o
orçamento.

I → S

Busca libertar a Ação do Estado tanto do
incrementalismo subjacente ao PPA,
como da lógica fiscalista que aprisiona o
investimento.

Resumo das Estratégias dos PPAs 2004-2015

PPA 2004-2007

- Inclusão social;
- Desconcentração de renda (valorização do salário mínimo);
- Fortalecimento mercado interno;
- Redução vulnerabilidade externa;
- Fortalecimento da democracia e da cidadania;
- Investimento em infraestrutura .

PPA 2008-2011

- Manutenção e expansão dos investimentos em infraestrutura (PAC, MCMV);
- Garantia para a educação de qualidade (PDE);
- Agenda Social, ampliação do Programa Bolsa Família.

PPA 2012-2015

- Projeto Nacional de Desenvolvimento: redução das desigualdades regional e entre o rural e o urbano;
- Transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda;
- Erradicação da pobreza extrema (BSM).



Ministério
do Planejamento



Dimensão econômica da estratégia de desenvolvimento (crescimento econômico com redução da desigualdade)

Vetores de expansão

Fortalecimento do mercado interno

Expansão dos investimentos em infraestrutura econômica e social

Expansão do investimento para ampliar a capacidade produtiva em recursos naturais

Políticas e ações públicas e privadas

- Transferência de renda (PBF, BBC, RGPS)
- Valorização do salário mínimo
- Expansão do crédito
- Simplificação e desoneração tributária
- Desoneração ao consumo
- Expansão/melhoria dos serviços públicos

- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
- Programa Minha Casa, Minha Vida
- PIL
- Bancos Públicos

- Programa de Investimento (Pré-sal)
- PAC (energia)
- Programa de concessões (ex. BR 163)
- Crédito rural do Banco do Brasil
- Empresas estatais

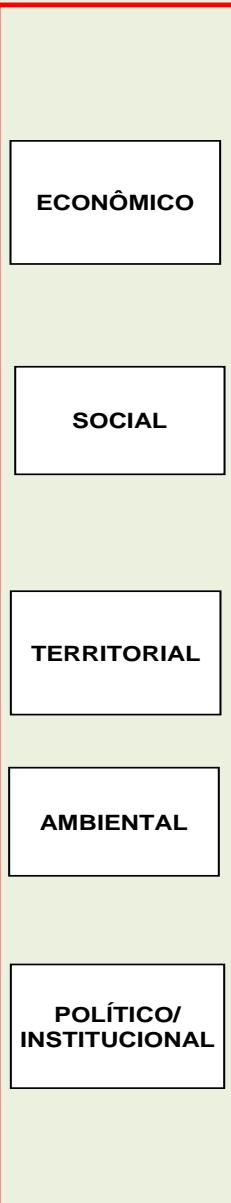
Resultados esperados

Crescimento econômico sustentável

Redução das desigualdades sociais e regionais

Dimensões do desenvolvimento, políticas públicas, e resultados esperados da estratégia de desenvolvimento brasileiro entre 2003 e 2013

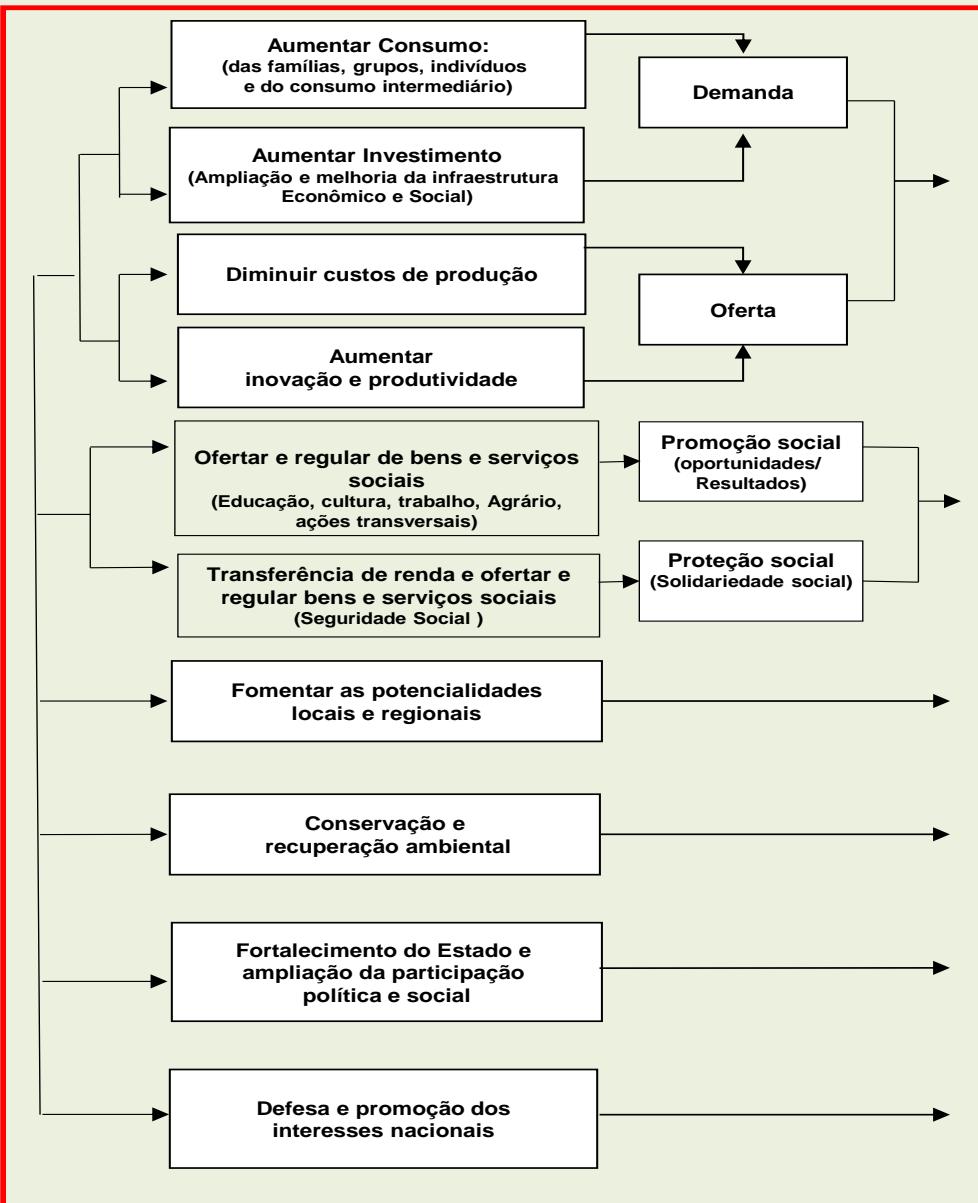
Dimensões



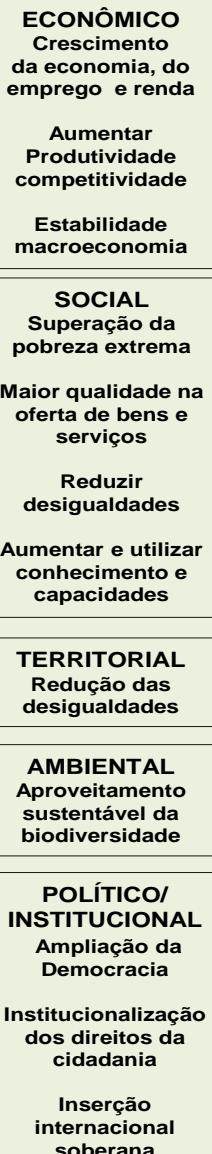
Políticas



Círculo de influencia



Resultado esperado



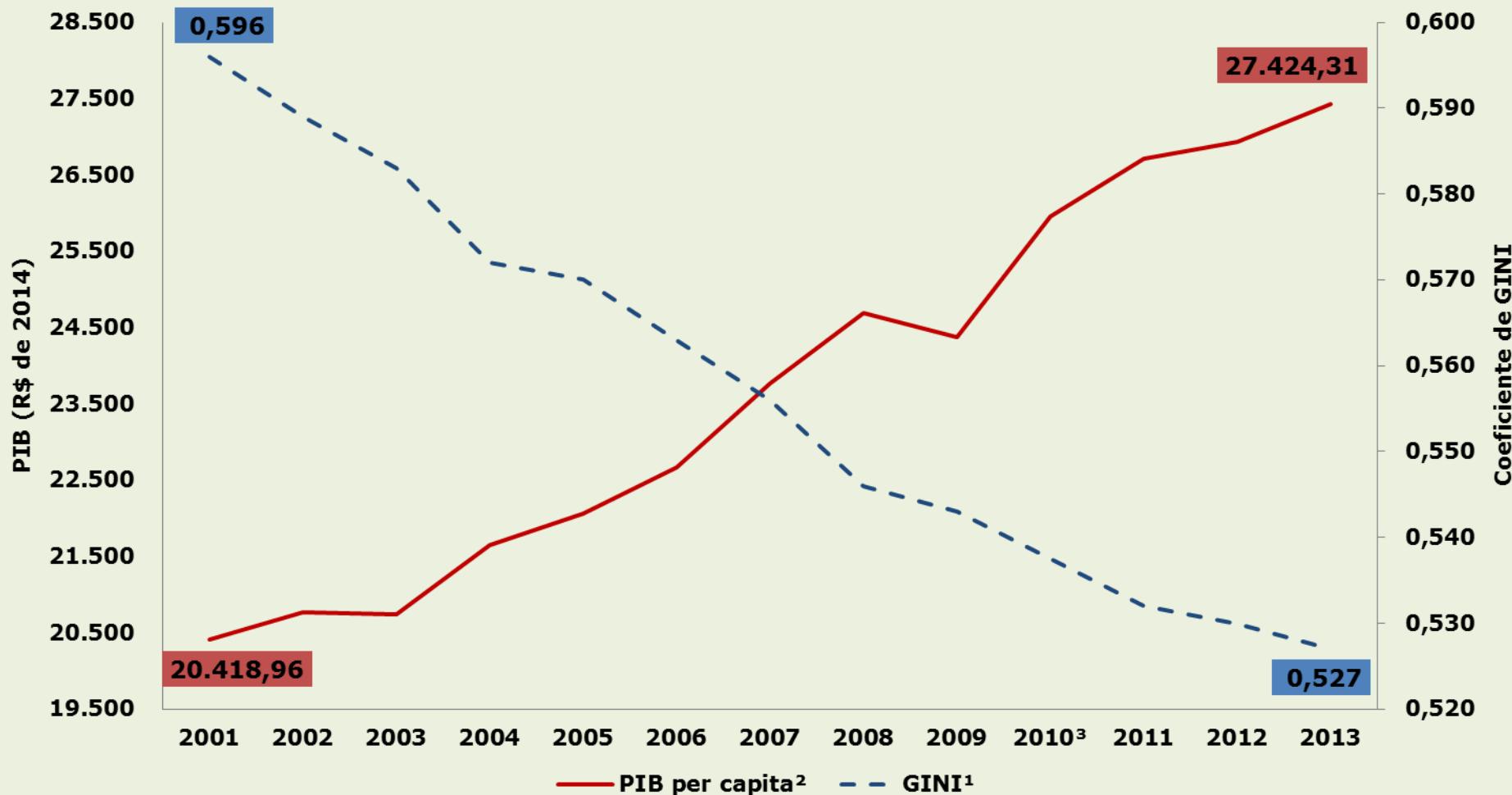
Utilização e Ampliação da Rede de Infraestrutura. Brasil: 2002 e 2013

UTILIZAÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURA	2002	2013
TRANSPORTES		
Bilhetes pagos em voos regulares nacionais	34,3 milhões	89,9 milhões
Movimentação de passageiros nos aeroportos	71,2 milhões (2003)	193,1 milhões
Movimentos de pouso e decolagem nos aeroportos	723 mil (2007)	1.095 mil
Frota de veículos	39,0 milhões (2004)	82,0 milhões
Transporte interestadual rodoviário de passageiros	70,4 milhões (2003)	54,4 milhões
Movimentação de contêineres (ton)	35,0 milhões	98,0 milhões
Movimentação de carga nos portos e Terminais (ton)	529 milhões	931 milhões
Carga transportada em ferrovias (tu)	389 mil (2006)	463 mil
ENERGIA		
Número de unidades consumidoras	52,8 milhões (2003)	74,6 milhões
Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) per capita	2444,5 Kwh/hab (2006)	3020,8 Kwh/hab
COMUNICAÇÕES		
Telefones móveis ativos	34,8 milhões	271,1 milhões
Telefones fixos ativos	38,7 milhões (2006)	44,3 milhões
Assinantes de TV	3,5 milhões	18,0 milhões
Domicílios com acesso à internet	12,9 % (2005)	40%
AMPLIAÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURA	2002	2013
TRANSPORTES		
Extensão da malha rodoviária pavimentada (km)	156,4 mil	202,6 mil
Extensão concedida (km)	11,96 mil (2008)	15,4 mil
Extensão da malha ferroviária (km)	28,8 mil (2004)	29,6 mil
ENERGIA		
Capacidade instalada de geração (MW)	82,5 mil	126,7 mil
Extensão de linhas de transmissão (km)	72,5 mil	116,8 mil
Capacidade de transformação (MVA)	166,2 mil	278,3 mil
COMUNICAÇÕES		
Escolas públicas urbanas com banda larga	21,3 mil (2008)	62,5 mil

Benefícios e Serviços Sociais Públicos Ofertados. Brasil: 2002 e 2013.

POLÍTICAS SOCIAIS	2002	2013
ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Famílias beneficiárias do Bolsa Família	3,6 milhões (2003)	14,1 milhões
Beneficiários do BPC e RMV3	2,3 milhões	4,2 milhões
PREVIDÊNCIA		
Beneficiários do RGPS	18,9 milhões	27,0 milhões
TRABALHO E RENDA		
Beneficiários do Seguro Desemprego	4,8 milhões	8,6 milhões
Beneficiários do Abono Salarial	6,5 milhões	21,4 milhões (2012)
SAÚDE		
Procedimentos Ambulatoriais	1.883,5 milhões	3.794,2 milhões
Atendimentos na Atenção Básica	868,0 milhões	1.200,8 milhões
Atendimentos na Atenção Especializada	146,4 milhões	447,0 milhões
Internações Eletivas	1,5 milhão	2,2 milhões
Internações de Urgência ⁵	10,6 milhões	9,1 milhões
EDUCAÇÃO		
Matrículas na Educação Infantil	4,4 milhões	5,4 milhões
Matrículas no Ensino Fundamental Regular	33,3 milhões	24,7 milhões
Matrículas no Ensino Fundamental em Tempo Integral	1,3 milhão (2010)	3,1 milhões
Matrículas no Ensino Médio Regular	7,6 milhões	7,25 milhões
Pnae - Alunos Beneficiados	36,9 milhões	43,3 milhões
PNLD - Livros Didáticos Adquiridos	96,0 milhões (2005)	132,7 milhões
Pnate - Alunos Beneficiados	3,2 milhões (2004)	4,4 milhões
Caminho da Escola - Ônibus Adquiridos	2.391 (2008)	6.225 (2010)
Matrículas na Educação Profissional de Nível Médio	279.143	749.675
Matrículas no Ensino Superior	1,1 milhão	1,9 milhão (2012)
Fies - Contratos Firmados	65.921	559.896
Prouni - Bolsas Ocupadas	95.612 (2005)	177.284
DESENVOLVIMENTO URBANO		
Moradias do Minha Casa Minha Vida	-	1,5 milhão
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		
Contratos realizados no Pronaf	0,9 milhão	2,2 milhões

Aumento da Renda per capita e redução das desigualdades



¹Renda domiciliar per capita entre os indivíduos

²PIB per capita real (preços R\$ de 2013)

³PNAD não foi coletada em 2010, devido a realização do Censo Demográfico.

Fonte: PNAD/IBGE e Contas Nacionais/IBGE. Elaboração SPI/MP.

AUMENTO DA RENDA PER CAPITA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES:

- 1) EL CASILLERO VACIO – F. FAJNZYLBER (CEPAL ANOS 70 E 80 ...)
- 2) NÃO É OBRA DO ACASO OU DA ATUAÇÃO DE LIVRES FORÇAS DO MERCADO
- 3) REQUER CERTA COMBINAÇÃO VIRTUOSA E PERMANENTE / LONGEVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, ORIENTADAS A OBJETIVOS COMPLEMENTARES E COMPATÍVEIS, PROPÍCIAS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO, O COMBATE À POBREZA E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES...
- 4) FRUTO, PORTANTO, DE CERTO ARRANJO INSTITUCIONAL DE NATUREZA TECNOPOLÍTICA...
- 5) COMO SUSTENTAR TAL TRAJETÓRIA SEM PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTROLE SOCIAL??? VALE DIZER: SEM DEMOCRACIA E SEM ESTADO ATIVO E CAPAZ, DIRECIONADO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL???

PANORAMA ATUAL

ECONOMIA
POLÍTICA
SOCIEDADE
ESTADO

APESAR DO ANTERIOR, ...

CONTEXTO EXPLICATIVO = ANOS 2000

Mesmo dentro do governo, em ministérios, secretarias e órgãos que, supostamente, existem para pensar e aplicar o planejamento (*como função precípua e indelegável do Estado*), parece reinar certa descrença generalizada nesta função. Ela decorreria, basicamente, de três fontes:

1. Aproximadamente trinta anos de desmonte das instâncias, dos instrumentos e mesmo da *cultura pública de planejamento*.
2. Uma crença (*equivocada*) na superioridade do livre mercado como mecanismo distribuidor da renda e da riqueza produzida pela sociedade, ainda mais em contexto de domínio transnacional das grandes corporações privadas.
3. Uma crença (*equivocada*) na imensa dificuldade prática (ou mesmo em uma suposta impossibilidade lógica) de se organizar de uma forma melhor e mais efetiva a institucionalidade atual de planejamento governamental, já que, embora considerada uma função meritória e necessária, seria algo de complexidade institucional e política para além do domínio humano.

1. ECONOMIA = QUEBRA DA CONVENÇÃO DE CRESCIMENTO 2003/2013 =
rebaixamento do padrão de confiança empresarial (público e privado) nas apostas a futuro induzidas pelo PAC e demais políticas públicas federais. Causas diretas:

- a. Ritmo de crescimento da demanda agregada estimulada pelo governo (consumo + investimento + exportações) não veio acompanhado em velocidade e magnitude pelo lado da oferta empresarial privada. Assim, cresceram, simultaneamente, lucros e inflação...
- b. Cenário internacional descrente e desfavorável a médio prazo...
- c. Volatilidade e altos patamares de câmbio e juros continuam sendo problema estrutural da economia brasileira. Ambos exacerbados pela arquitetura de estabilização do Plano Real + tripé macro pós-1999...
- d. Estrutura tributária socialmente regressiva e juridicamente confusa e onerosa dos setores produtivos, aliada aos demais custos de transação (econômicos, jurídicos, administrativos etc.) para operações de natureza público-privada no país, também se constituem em obstáculos ao cálculo econômico e à previsibilidade dos negócios.
- e. Ambiente político-institucional interno conturbado a curto prazo.

1. ECONOMIA = QUEBRA DA CONVENÇÃO DE CRESCIMENTO 2003/2013 =
rebaixamento do padrão de confiança empresarial (público e privado) nas apostas a futuro induzidas pelo PAC e demais políticas públicas federais. Causas diretas:

Momento Atual: dez/2015

- De 2013 pra 2015: 33 meses de escalada da Selic = 7 pontos de acréscimo à taxa de juros = 6 meses de recessão
- De mar/2013 a out/2015: 19,9% de aumento no IPCA entre mar/2013 e out/2015 = inflação de custos + perda de poder aquisitivo da população
- Entre jan/set 2014 e jan/set 2015: 4% de redução nas despesas totais do governo = 5,5% redução nas transferências intergovernamentais + 41% de redução nos investimentos do PAC
- De 0,4% para 0,9% do PIB foi o aumento do déficit primário entre 2014 e 2015!

2. Conclusão = a atual política econômica, ao invés de combater a crise (recessão + inflação), está na verdade causando e aprofundando o desajuste fiscal e financeiro.

2. POLÍTICA = FIM DO PACTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO DO LULISMO X PMDBismo =

- a. Presidencialismo de Coalizão (Sérgio Abranches)= dilema institucional brasileiro
- b. Presidencialismo de Animação (Renato Lessa) = patologias políticas
- c. Lulismo (André Singer) = do reformismo fraco à conservação da ordem
- d. PMDBismo (Marcos Nobre) = do centrão ao imobilismo da política
- e. Revolução Passiva (Luis Werneck Vianna) = modernização sem o moderno
- f. Projetos de Poder e Perversão do Sistema Político (Marco Aurélio Nogueira) = cooptação, corrupção, domesticação e anulação da política (PT-PMDB-PSDB)
- g. Pragmatismo como Método de Governo (Zé Celso) = hibridismo institucional e esvaziamento da política

2. POLÍTICA = FIM DO PACTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO DO LULISMO X PMDBISMO

- HIBRIDISMO INSTITUCIONAL:

.Sobreposição e competição de tendências e características dentro do mesmo período de governo, emitindo sinalizações dúbias sobre a estratégia ou formato de Estado em perseguição...

.Normal ou exacerbado ???

- PRAGMATISMO COMO MÉTODO DE GOVERNO:

.Gestão da máquina pública movida à base do binômio “pendência vs. providência” que, embora possa parecer a única via de curto-prazo para a torrente de problemas sempre emergenciais de governo, acaba por explicitar as contradições históricas e o hibridismo institucional da formação do Estado e da Administração Pública no Brasil...

.Embora haja elementos positivos e inovadores implementados no período recente, o fato é que não há clareza acerca da natureza e da direção das ações em curso e sua conformação a um projeto específico de desenvolvimento.

3. SOCIEDADE = HIPERFRAGMENTAÇÃO E ANOMIA SOCIAL =

- a. Individualização das consciências (valores)...
- b. Individualização das atitudes (comportamentos)...
- c. Causas difusas, agendas mal definidas, baixa densidade institucional...
- d. Baixa capacidade de mobilização social para ações coletivas objetivadas...
- e. Esvaziamento programático de partidos, sindicatos e ongs...
- f. Deslegitimização e descrédito das lideranças atuais...
- g. Baixa capacidade de sociabilização primária das instâncias tradicionais (família, igreja, escola, clube, vizinhança...)
- h. Conservadorismo político e moral: discriminações e intolerâncias em vários âmbitos (classe social, gênero, raça, idade, religião, ideologias...) = baixa aceitação da diversidade social...

4. ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO = TRAÇOS HISTÓRICOS SE SOBREPÕEM = Estado patrimonial (desde sempre...), burocrático (DASP...), autoritário (Regime Militar...), social (CF-1988...), gerencial (Plano Diretor da Reforma do Estado 1995...), societal (anos 2000...) ...

- a. PATRIMONIALISMO, PATERNALISMO, PERSONALISMO, CLIENTELISMO, ...
- b. FORMALISMO E ISOLAMENTO BUROCRÁTICO
- c. MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA
- d. FRAGILIDADE DA GESTÃO PÚBLICA EM ÁREAS DE CONTATO DIRETO COM A POPULAÇÃO
- e. ALTA CENTRALIZAÇÃO BUROCRÁTICA
- f. MUITA IMITAÇÃO DE FÓRMULAS E REFORMAS ESTRANGEIRAS
- g. DÉFICIT DEMOCRÁTICO
- h. PARALISIA OU INÉRCIA DECISÓRIA
- i. PRAGMATISMO COMO MÉTODO DE GOVERNO
- j. HIBRIDISMO INSTITUCIONAL EXACERBADO

PANORAMA ATUAL – ECONOMIA, POLÍTICA, SOCIEDADE, ESTADO

1. É necessária uma reflexão que vincule o tema da Administração Pública a um projeto de desenvolvimento e a uma concepção de Estado.
2. Na ausência de uma reflexão pública mais estratégica sobre o tema, corre-se o risco de impor-se fôlego curto aos resultados potencialmente positivos advindos das iniciativas recentes (2003 a 2014) e do discurso governamental em torno de uma suposta administração pública progressista e progressiva no país.
3. O anterior é especialmente importante se a perspectiva de desempenho governamental continuar na direção de certa reativação do Estado para a construção de um projeto de desenvolvimento soberano, inclusivo e democrático.
4. Neste caso, remontar e aperfeiçoar as estruturas de planejamento e gestão do Estado é tarefa primordial para mobilizar capacidades estatais e instrumentos governamentais em prol do projeto político e social acima sugerido. Este é o cerne de uma reforma contemporânea do Estado e da Administração Pública no Brasil e por onde ela deveria começar.

VISÃO PROSPECTIVA

ECONOMIA
POLÍTICA
SOCIEDADE
ESTADO

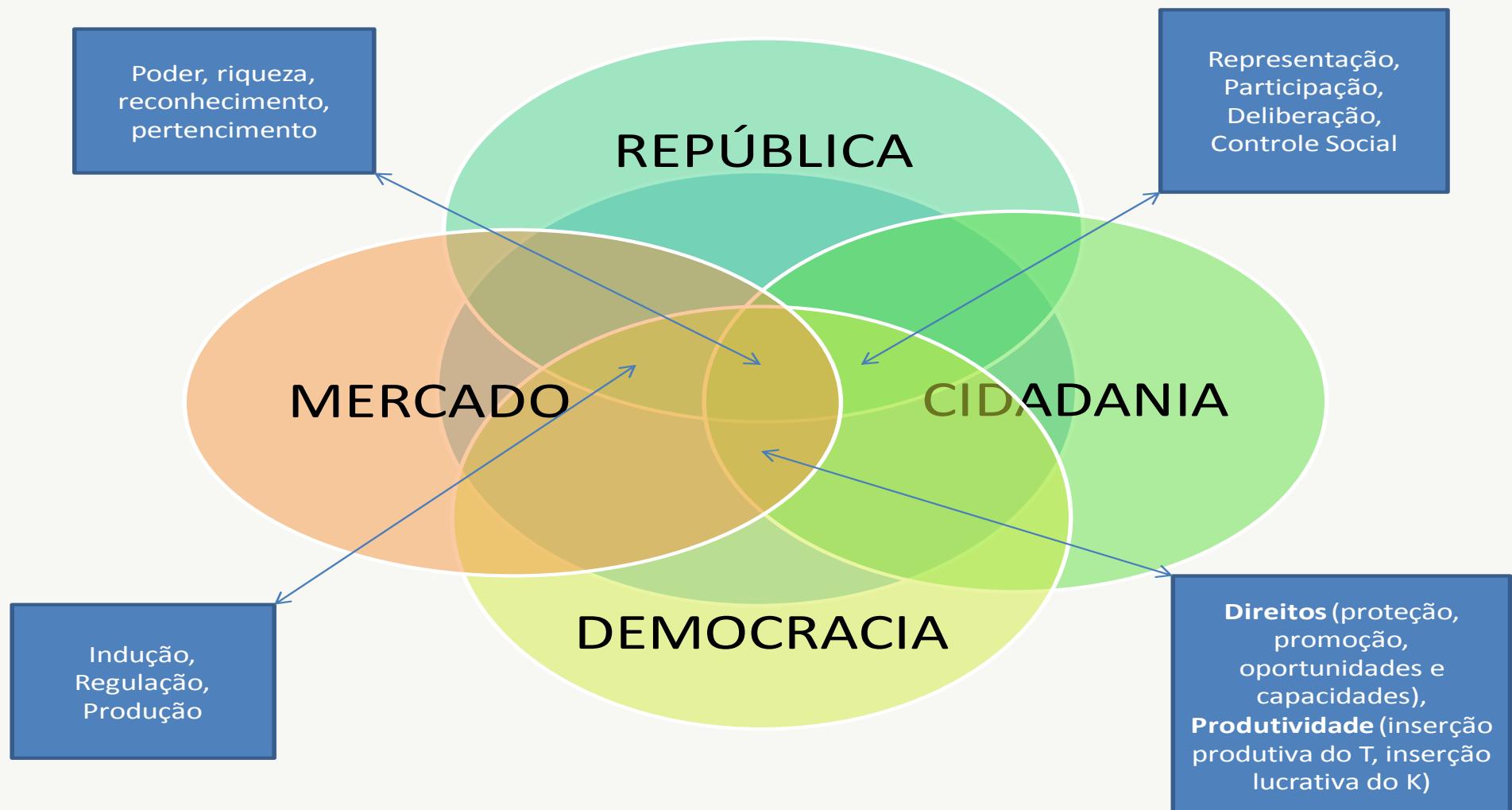
VISÃO PROSPECTIVA = CENÁRIO PROVÁVEL

- DIMENSÃO ECONÔMICA = Aumento de concentração do poder econômico de países líderes e de grandes corporações transnacionais aumentará a heterogeneidade estrutural das economias e as assimetrias entre países.
- DIMENSÃO SOCIAL = A prevalecer a continuidade das crises internacional e brasileira, os processos recentes de estruturação dos mercados laborais se reverterão, com impactos adicionais importantes sobre as condições de vida, desigualdade e pobreza de grandes contingentes humanos.
- DIMENSÃO AMBIENTAL = A defasagem entre ritmo de ampliação da governança internacional sobre o meio-ambiente e os recursos naturais, e o ritmo de ampliação da degradação ambiental (água, terra, ar / espaço), poderá gerar conflitos diplomáticos (e bélicos?!) entre países líderes, além de crises ambientais severas na periferia do capitalismo.

VISÃO PROSPECTIVA = CENÁRIO PROVÁVEL

- DIMENSÃO TECNOLÓGICA = A chamada convergência tecnológica (small BANG: bite, átomo, nano, gene, cogno) levará os países líderes a um novo e superior padrão técnico-produtivo, altamente dependente do conhecimento e da inovação como insumos fundamentais. E isso levará a um aumento da heterogeneidade estrutural entre países, aumento das assimetrias globais e forte mercadorização (com apropriação privada) dos ganhos do progresso técnico.
- DIMENSÃO POLÍTICA = Aumento de concentração do poder econômico de países líderes e de grandes corporações transnacionais levará o mundo a uma fase de privatização e mercadorização crescentes do Direito Internacional, sobretudo no campo do domínio econômico, colocando em risco os conceitos (e situações) de soberania e de democracia no mundo.
- DIMENSÃO MILITAR = EUA e OTAN manterão grande superioridade e assimetria militar, com capacidade de atuação global. Portanto, continuarão a empregar suas forças armadas em coalizões multinacionais, em qualquer parte do mundo, sempre que entenderem necessário e militarmente praticável. Isso poderá incentivar soluções militares para os conflitos, na medida em que garante o sucesso no emprego da força, com menores custos e baixas, menores riscos políticos e maior impunidade aos agressores.

ESTADO = ATOR E ESPAÇO DE RELACIONAMENTOS DINÂMICOS E COMPLEXOS



Princípios para a Reforma do Estado:
Mais República, Mais Democracia, Mais Desenvolvimento

Complexificação da Agenda do Desenvolvimento requer Estado capaz e pró-ativo:

- Não basta fazer crescer o PIB; é preciso fazê-lo de forma compatível com:
 - Fortalecimento do mercado interno e estruturação do mercado de trabalho,
 - Erradicação da miséria e redução das desigualdades sociais e territoriais/regionais,
 - Sustentabilidade produtiva, ambiental e humana,
 - Aperfeiçoamento das instâncias representativas, participativas e deliberativas da sociedade,
 - Respeito e garantia das conquistas e direitos republicanos e democráticos.

PRINCÍPIOS GERAIS A ORIENTAR A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA) PARA O SÉCULO XXI

+
REPÚBLICA
esfera pública, interesse geral, bem-comum

- + transparência:
 - dos processos decisórios
 - dos resultados intermediários e finais dos atos de governo e das políticas públicas
- + controle social:
 - sobre os 3 poderes (executivo, legislativo, judiciário)
 - sobre os meios de comunicação (públicos e privados)

+
DEMOCRACIA
representação, participação, deliberação e controle social

- + representatividade: reforma política
- + participação: conselhos, conferências, audiências, ouvidorias, fóruns, grupos de trabalho
- + deliberação: referendos, plebiscitos, iniciativas populares
- + esfera pública: controle social

+
DESENVOLVIMENTO
Estado capaz e pró-ativo

- inserção internacional soberana
- macroeconomia do desenvolvimento: crescimento, estabilidade, emprego e distribuição de renda
- estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente integrada
- infraestrutura econômica (energia, transportes, comunicações), social e urbana (moradia, saneamento, mobilidade)
- sustentabilidade, produtiva, ambiental e humana
- proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades
- fortalecimento do Estado, das instituições republicanas e da democracia

AS 3 GRANDES TESES EQUIVOCADAS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO:

1. O Estado brasileiro é grande!

- Ora, grande em relação a quem? Grande em relação a quê? A resposta depende do tamanho da ambição / ousadia / escopo / perfil do projeto de desenvolvimento nacional almejado.
- Significa que o problema não é o tamanho (em abstrato!) do Estado, mas sim qual o arranjo institucional necessário (Estado / Mercado / Sociedade) para levar a cabo o projeto de desenvolvimento pretendido.
- Em perspectiva desenvolvimentista, vale dizer: includente, sustentável, soberano, democrático, o Estado brasileiro não é grande! Pelo contrário, sua ossatura e modus operandi são de índole liberal, vale dizer: concepção de Estado mínimo!
- Significa que sua lógica de organização (ossatura) e funcionamento (modus operandi) trabalham sempre abaixo do potencial. A ineficiência do Estado, deste modo, decorre na verdade da contradição latente entre projetos de ambição desenvolvimentista e instrumentos de governo de cunho liberal.
- Capacidades estatais e instrumentos governamentais, porquanto potentes no caso brasileiro, não trabalham sob a lógica do desenvolvimento (includente, sustentável, soberano, democrático), e sim sob constrangimentos jurídicos e liberais do Estado mínimo.

AS 3 GRANDES TESES EQUIVOCADAS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO:

2. O Estado brasileiro é ineficiente!

- Ora, para usar apenas um único parâmetro de avaliação, temos hoje no Brasil um Estado cujo contingente de servidores civis ativos é praticamente o mesmo de quando foi promulgada a CF-1988. No entanto, desde então, esse mesmo Estado ampliou em muito as suas competências e áreas institucionais de atuação, bem como o acesso da população e a cobertura social de todas as políticas públicas de âmbito federal.
- Ademais, houve no período, forte incremento de tecnologias inovadoras (TIC's), orçamento e recursos humanos mais escolarizados e presentes mais em áreas finalísticas da ação estatal que em áreas intermediárias, ligados mais ao atendimento direto à população que a funções meramente administrativas, além de outras características que denotam, na verdade, um incremento no desempenho institucional agregado do setor público federal.
- Significa que, em termos de eficiência, faz-se hoje muito mais que no passado, seja por unidade de pessoal, de TIC's ou mesmo de orçamento per capita.
- Do anterior não se depreende que a agenda da eficiência não seja relevante! Pelo contrário, todos reconhecem ser necessário e urgente novos e permanentes ganhos de eficiência da máquina pública. Porém, de mais eficiência não se obtém, automaticamente, mais eficácia ou efetividade da ação governamental.
- Significa que o problema do Estado brasileiro é menos de eficiência (problema típico de gestão pública = fazer mais com menos) e mais de eficácia (fazer a coisa certa) e efetividade (transformar a realidade). Ou seja: grande parte dos problemas do Estado brasileiro relacionam-se com a ausência ou precariedade do Planejamento (e não da Gestão pura e simples)!

AS 3 GRANDES TESES EQUIVOCADAS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO:

3. O Estado brasileiro é contra o mercado!

- Ora, a índole liberal (mais que social!) do Estado brasileiro faz com que ele seja (historicamente) mais perfilado a atender os interesses do Capital e do processo de acumulação capitalista que os interesses diretos e imediatos de sua população, a grande maioria, aliás, ainda hoje distante ou alijada da cidadania efetiva e do desenvolvimento integral.
- Por outra: o capitalismo brasileiro (como qq outro, aliás!) é altamente dependente da capacidade do Estado em mobilizar e canalizar seus recursos e instrumentos de políticas públicas em favor do acima referido processo de acumulação de capital, em bases privadas.

VISÃO PROSPECTIVA – CENÁRIO DESEJÁVEL ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

- VISÃO ESTRATÉGICA GLOBAL / VISÃO DE FUTURO.
- CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO & COORDENAÇÃO.
- TEOR PROSPECTIVO / PROPOSITIVO.
- TEOR DEMOCRÁTICO / PARTICIPATIVO
- TEOR ÉTICO: princípios republicanos e democráticos...

VISÃO PROSPECTIVA = CENÁRIO DESEJÁVEL ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

- **REFORMA TRIBUTÁRIA E FISCAL** = PROGRESSIVA NA ARRECADAÇÃO E REDISTRIBUTIVA NOS GASTOS.
- **REFORMA ÉTICO-POLÍTICA** NOS SISTEMAS DE REPRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO = VALORIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.
- **CULTURA DE DIREITOS** = PLATAFORMA DHESCA DE DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS.
- **REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA-PRODUTIVA** = ECONOMIA VERDE + EDUCAÇÃO AMBIENTAL = ENCADEAMENTOS INOVATIVOS = INOVAÇÃO PRODUTIVA E INSTITUCIONAL DE PROCESSOS E PRODUTOS.